ELÓI MARTINS SENHORAS
ANA CÉLIA DE OLIVEIRA PAZ
(organizadores)

# EDUCAÇÃO

## Agendas Temáticas



IOLE EDITORA

# EDUCAÇÃO

***Agendas Temáticas***

# EDUCAÇÃO

## *Agendas Temáticas*

**ELÓI MARTINS SENHORAS**
**ANA CÉLIA DE OLIVEIRA PAZ**
**(organizadores)**

BOA VISTA/RR
2026

**Editora IOLE**

Todos os direitos reservados.
A reprodução não autorizada desta publicação, no todo ou em parte, constitui violação dos direitos autorais (Lei n. 9.610/98) é crime estabelecido pelo artigo 184 do Código Penal.




EXPEDIENTE

Revisão
Elói Martins Senhoras
Geane Ribeiro Silva Monteiro

Capa
Alokike Gael Chloe Hounkonnou
Elói Martins Senhoras

Projeto Gráfico e Diagramação
Elói Martins Senhoras
Balbina Líbia de Souza Santos

Conselho Editorial
Abigail Pascoal dos Santos
Charles Pennaforte
Claudete de Castro Silva Vitte
Elói Martins Senhoras
Fabiano de Araújo Moreira
Julio Burdman
Marcos Antônio Fávaro Martins
Rozane Pereira Ignácio
Patrícia Nasser de Carvalho
Simone Rodrigues Batista Mendes
Vitor Stuart Gabriel de Pieri

DADOS INTERNACIONAIS DE CATALOGAÇÃO-NA-PUBLICAÇÃO (CIP)

Se75 SENHORAS, Elói Martins; PAZ, Ana Célia de Oliveira Paz (organizadores).

Educação: Agendas Temáticas. Boa Vista: Editora IOLE, 2026.

Série: Educação. Editor: Elói Martins Senhoras.

ISBN: 978-65-977111-2-3

1 - Brasil. 2 - Educação. 3 - Empiria. 4 - Estudos de Caso. 5 - Teoria.
I - Título. II - Senhoras, Elói Martins. III - Educação. IV - Série

CDD–370

A exatidão das informações, conceitos e opiniões é de exclusiva responsabilidade dos autores.
O presente livro contou com avaliação às cegas no sistema double-blind-review.



# EDITORIAL

A editora IOLE tem o objetivo de divulgar a produção de trabalhos intelectuais que tenham qualidade e relevância social, científica ou didática em distintas áreas do conhecimento e direcionadas para um amplo público de leitores com diferentes interesses.

As publicações da editora IOLE têm o intuito de trazer contribuições para o avanço da reflexão e das práxis em diferentes áreas do pensamento e para a consolidação de uma comunidade de autores comprometida com a pluralidade do pensamento e com uma crescente institucionalização dos debates.

O conteúdo produzido e divulgado neste livro é de inteira responsabilidade dos autores em termos de forma, correção e confiabilidade, não representando discurso oficial da editora IOLE, a qual é responsável exclusivamente pela editoração, publicação e divulgação da obra.

Concebido para ser um material com alta capilarização para seu potencial público leitor, o presente livro da editora IOLE é publicado nos formatos impresso e eletrônico a fim de propiciar a democratização do conhecimento por meio do livre acesso e divulgação das obras.

*Prof. Dr. Elói Martins Senhoras*

(Editor Chefe)

Copyright © Editora IOLE
2026

# CAPÍTULO 5

*Entrelace de Saberes Socioambientais e Indígenas na Formação Inicial de Educadores*

# ENTRELACE DE SABERES SOCIOAMBIENTAIS E INDÍGENAS NA FORMAÇÃO INICIAL DE EDUCADORES[1]

*Janelene Freire Diniz*[2]

*Clarides Henrich de Barba*[3]

Este capítulo apresenta o percurso construído a partir das articulações e aproximações estabelecidas entre os universos indígena e não indígena, com o propósito de compreender e produzir novos sentidos, significados e conhecimentos acerca do ambiente e da vida. Nessa perspectiva, buscamos analisar de que maneira os saberes indígenas tradicionais poderiam contribuir para a construção de conhecimentos socioambientais junto aos estudantes dos cursos de Licenciatura em Química e Biologia do Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia de Rondônia (IFRO), Campus Guajará-Mirim.

Diante da necessidade de constituição de uma nova racionalidade, fundamentada em princípios, valores e perspectivas ambientais, compreendemos o saber ambiental como elemento essencial para esse processo. Para sustentar essa discussão, recorremos às contribuições teóricas de Leff (2006; 2009; 2012), Gonçalves (2006; 2020) e Carvalho (2012). Paralelamente, procuramos adentrar o universo dos saberes indígenas tradicionais e

[1] Uma versão prévia deste capítulo foi publicada no periódico Educação (UFSM), vol. 49, janeiro/dezembro, 2024.

[2] Servidora do Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia de Rondônia (IFRO). Doutoranda em Educação pela Universidade Estadual Paulista (UNESP). E-mail para contato: janelene.diniz@ifro.edu.br

[3] Professor da Universidade Federal de Rondônia (UNIR). Doutor em Educação Escolar pela Universidade Estadual Paulista (UNESP). E-mail para contato: clarides@unir.br

compreender suas formas de estabelecer relações com o ambiente, buscando ampliar sensibilidades e conhecimentos capazes de contribuir para o questionamento e a superação de uma concepção utilitarista, mecanicista, fragmentada e insustentável, que historicamente tem orientado a maneira como a sociedade moderna se relaciona com a natureza.

Em meio a um contexto de crise, caracterizado por diferentes formas de degradação ambiental, desigualdade, pobreza, intolerância e outras questões sociais e ecológicas, direcionamos nossa atenção aos povos indígenas e aos conhecimentos por eles construídos e preservados ao longo das gerações. Nesse movimento, identificamos nesses saberes uma possibilidade de inspiração para a reconstrução de sentidos e a ressignificação de concepções socioambientais, capazes de favorecer a formação de profissionais mais atentos às dimensões ecológicas, socialmente conscientes, sensíveis e comprometidos com a preservação e o cuidado com o meio ambiente.

Munduruku (2009, p. 29) destaca que "os povos indígenas têm uma coisa em comum: uma mensagem de amor pela Mãe Terra; de apego às raízes ancestrais transmitidas pelos rituais; um profundo respeito pela natureza [...]". A partir dessa compreensão, torna-se significativa a aproximação e a troca de conhecimentos, experiências e modos de vida com os povos originários, especialmente como possibilidade de repensar e transformar as formas pelas quais a sociedade estabelece sua relação com a natureza.

No território brasileiro, a existência de condições ecológicas favoráveis possibilitou que diferentes povos indígenas desenvolvessem seus modos de vida ao longo de milhares de anos. Segundo Baniwa (2006), estima-se que, no atual território brasileiro, viviam aproximadamente cinco milhões de indígenas no período da chegada de Pedro Álvares Cabral, em 1500. Submetidos a sucessivas formas de violência e violações desde o processo de colonização

europeia, os povos indígenas, ainda assim, mantiveram e reafirmaram conhecimentos fundamentais sobre os ambientes e os ecossistemas. Suas vozes permanecem presentes na defesa das florestas e de formas de existência integradas à natureza, apresentando outras possibilidades de viver e de estabelecer relações sustentáveis com o mundo. Esses conhecimentos podem contribuir para ultrapassar perspectivas socioculturais dominantes e favorecer a busca por novos caminhos para a construção de uma racionalidade pautada no respeito à diversidade, na solidariedade, na coletividade e no diálogo, elementos importantes para a constituição de outras formas de organização social.

De acordo com Baniwa (2006), a concepção ecológico-cultural dos povos indígenas tradicionais foi sendo constituída no decorrer de suas experiências e práticas cotidianas, a partir de uma relação de equilíbrio entre os conhecimentos culturais e os ecossistemas nos quais vivem. Nessa mesma direção, Pataxó (2020, p. 71) afirma que "[...] nosso sistema de vida indígena se contrapõe ao sistema capitalista que tanto provoca desigualdades e injustiças". Historicamente, por apresentarem formas de organização social e modos de vida que se contrapõem aos interesses dos grupos dominantes, os povos indígenas foram frequentemente representados sob a perspectiva do atraso e da inferioridade. Entretanto, diante do agravamento dos problemas ambientais contemporâneos, torna-se imprescindível refletir criticamente sobre os hábitos, práticas, valores e formas de relação que nossa sociedade vem estabelecendo com o meio ambiente.

Além destas considerações introdutórias, o capítulo encontra-se estruturado em quatro seções. Na primeira, discutimos as relações entre racionalidade, saber ambiental e saberes indígenas; na segunda, apresentamos os caminhos metodológicos percorridos na pesquisa; na terceira, abordamos as experiências e vivências construídas ao longo do estudo; e, por fim, na quarta seção, reunimos

as narrativas e reflexões finais decorrentes do percurso investigativo.

## SABERES INDÍGENAS, SABER E RACIONALIDADE AMBIENTAL: POR NOVAS FORMAS DE COEXISTÊNCIA HUMANIDADE/NATUREZA

O percurso orientado pela racionalidade econômica, concebido sob a perspectiva do progresso e do enriquecimento humano, demonstrou seus limites e fracassos. Leff (2009, p. 149) afirma que "essa racionalidade econômica é, contudo, a causa predominante da crise ambiental, assim como de uma série de problemas sociais e ambientais que lhe estão associados". Enquanto fundamento central da racionalidade moderna, a lógica econômica manifesta-se em formas de produção e consumo que provocam a degradação dos sistemas ecológicos do planeta e comprometem as condições necessárias à sustentabilidade.

Segundo Carvalho (2012), a perspectiva socioambiental fundamenta-se em uma racionalidade complexa e interdisciplinar, compreendendo o ambiente como um espaço de interação entre cultura e sociedade e como base física e biológica dos processos que sustentam a vida, em uma relação dinâmica na qual todos os elementos se influenciam e se transformam mutuamente. Nessa direção, Gonçalves (2006, p. 14) afirma que "há que se buscar outras racionalidades!". Torna-se, portanto, necessário construir uma racionalidade que ultrapasse os limites da lógica econômica e permita romper com a compreensão fragmentada da realidade, na qual o ser humano se percebe como separado do mundo do qual efetivamente faz parte. Conforme as proposições de Leff (2009) e Gonçalves (2006), essa nova racionalidade pressupõe a coexistência entre razão e emoção, estabelecendo diálogos com a diversidade cultural e com a autonomia dos povos. Trata-se de uma perspectiva

que não exclui as subjetividades humanas, reconhecendo a complementaridade entre o ser e o saber.

Nós, enquanto sociedade não indígena, somos formados em um modelo social estruturado a partir da lógica do capital. Nesse contexto, a existência humana acaba sendo fortemente associada à produção e ao consumo, favorecendo comportamentos individualistas e, muitas vezes, distanciados das realidades que nos constituem e que estão ao nosso redor. Para Gonçalves (2020, p. 34), "a ideia de uma natureza objetiva e exterior ao homem, o que pressupõe uma ideia de homem não natural e fora da natureza, cristaliza-se com a civilização industrial inaugurada pelo capitalismo". A oposição construída entre humanidade e natureza contribuiu para consolidar um modelo econômico insustentável, baseado na apropriação excessiva dos recursos naturais e que coloca em risco as próprias condições de continuidade da vida. Diante disso, torna-se fundamental buscar alternativas de desenvolvimento econômico que ultrapassem a centralidade do capital e da exploração da força de trabalho.

A Modernidade também promoveu profundas transformações nas formas de produzir e compreender o conhecimento, influenciando significativamente os modos de interpretar a vida. Os conhecimentos construídos a partir das experiências e práticas cotidianas foram progressivamente substituídos por saberes de caráter técnico, instrumental e objetivo. Sob o propósito de controlar e dominar a natureza, os conhecimentos passaram a ser organizados em leis, fórmulas e procedimentos sistematizados. Gonçalves (2006, p. 65) destaca que "[...] a ideia de desenvolvimento está associada à Modernidade. Por isso, modernizar é, sempre, expandir uma determinada ideia de progresso e, com ela, de colonização dos povos e regiões que são diferentes". Como consequência, consolidou-se uma concepção tecnicista e mecanicista de utilização e administração dos recursos naturais e

materiais, na qual a natureza passou a ser compreendida como uma fonte ilimitada de recursos e riquezas. Esse modelo de exploração intensiva desencadeou consequências ambientais, sociais e culturais significativas.

Para Silva (2016), a racionalidade ambiental requer a construção de um saber plural, profundamente relacionado à cultura e à identidade, bem como o desenvolvimento de novos conhecimentos e práticas científicas capazes de dialogar entre si e reconhecer os saberes vinculados às tradições sociais. Nessa perspectiva, Leff (2009, p. 18) afirma que "a Educação Ambiental emerge e se funda em um novo saber que ultrapassa o conhecimento objetivo das ciências". Esse novo saber, denominado saber ambiental, constitui-se a partir da própria experiência da vida.

O saber ambiental estabelece uma aproximação entre conhecimento racional e conhecimento sensível, articulando diferentes saberes e dimensões da experiência humana. Conforme Leff (2009, p. 18), "O saber ambiental integra o conhecimento racional e o conhecimento sensível, os saberes e os sabores da vida. O saber ambiental prova a realidade com saberes sábios que são saboreados [...]". Dessa forma, o conhecimento não se restringe à compreensão intelectual da realidade, mas também envolve a experiência, a percepção e a vivência concreta do mundo.

Nessa perspectiva, o saber ambiental produz significado e sensibilidade, aproximando a racionalidade da dimensão sensível do ser humano. Ele propõe ultrapassar uma compreensão puramente teórica e distanciada da realidade, estimulando a experiência e a percepção das dimensões da vida que foram gradualmente esquecidas no processo de consolidação da Modernidade. Assim, possibilita abandonar uma postura baseada exclusivamente no controle e na dominação para construir outras formas de conhecer, viver e existir no mundo, recuperando a relação entre conhecimento, prazer, sensibilidade e vida.

O saber ambiental também contribui para questionar a ideia de objetividade absoluta associada aos conhecimentos científicos, recolocando o ser humano no interior dos processos de produção e construção dos saberes. Dessa maneira, rompe com paradigmas que dificultam o reconhecimento do ser humano como sujeito constituído por emoções, experiências e subjetividades. Conforme Leff (2009, p. 18):

> O saber ambiental reafirma o ser no tempo e o conhecer na história; estabelece-se em novas identidades e territórios de vida; reconhece o poder do saber e da vontade de poder como um querer saber. O saber ambiental faz renascer o pensamento utópico e a vontade de liberdade em uma nova racionalidade na qual se fundem o rigor da razão e os excessos do desejo, a ética e o conhecimento, o pensamento racional e a sensualidade da vida.

Ao questionar a fragmentação do conhecimento científico em diferentes campos disciplinares e a organização setorial do desenvolvimento, o saber ambiental busca estabelecer espaços de articulação entre conhecimentos teóricos e práticos, capazes de reorientar as relações entre sociedade e natureza. Trata-se de um saber interdisciplinar, constituído tanto no diálogo entre as disciplinas quanto nos espaços que ultrapassam suas fronteiras. Por essa razão, Carvalho (2012) o caracteriza como profundamente indisciplinado e transgressor dos limites disciplinares, criando novas possibilidades de diálogo e construção do conhecimento.

O saber ambiental desenvolve-se em um campo diverso e heterogêneo, atravessado por diferentes formações ideológicas, interesses e práticas sociais. Ele se manifesta nas relações de poder presentes nos discursos científicos, nos conhecimentos produzidos

por camponeses e comunidades indígenas, em seus sistemas de compreensão do mundo, valores culturais e práticas tradicionais de interação com a natureza, bem como nas políticas e estratégias relacionadas ao desenvolvimento sustentável e em seus instrumentos jurídicos e normativos (LEFF, 2006).

A partir dessa compreensão, torna-se necessário reconhecer outras formas de interpretar a vida e conceber o desenvolvimento, buscando alternativas capazes de favorecer a construção de uma sociedade mais sustentável, ecológica e solidária. Nesse sentido, Leff (2009, p. 149) destaca:

> O saber ambiental busca a recuperação do sentido; mas esta não aparece como uma fuga da ordem simbólica para fora do campo do interesse social e da produção, como uma emancipação do simbólico-cultural para fora da ordem sócio-histórica. O saber ambiental não se esgota na finalização (aplicação) do conhecimento existente para resolver problemas complexos; não é a retotalização e o acabamento do conhecimento fracionado por uma aproximação holística, num método interdisciplinar e numa teoria de sistema. Emerge da falta insaciável de conhecimento que impele o saber para a busca de novos sentidos de civilização, novas compreensões teóricas e novas formas práticas de apropriação do mundo.

Dessa maneira, o saber ambiental coloca em questão os fundamentos que sustentam a racionalidade científica característica da Modernidade e oferece elementos para pensar novas formas de apropriação e relação com o ambiente. Ao fazer isso, confronta concepções consolidadas e contribui para romper com uma ordem de mundo previamente estabelecida. Também reconhece a

incompletude do ser humano e valoriza as relações com os outros e com as diferenças, possibilitando compreender a realidade a partir da existência, do diálogo e do reconhecimento da alteridade. Como afirma Leff (2009, p. 18), "[...] dessa maneira, cria mundos de vida, constrói novas realidades e abre o curso da história para um futuro sustentável".

Sorrentino *et al.* (2005) compreendem a Educação Ambiental (EA) como um processo educativo responsável por promover e conduzir a construção do saber ambiental. Esse processo manifesta-se nos valores éticos, nas normas que orientam a convivência social e as relações de mercado, bem como nos benefícios e impactos decorrentes da apropriação e utilização da natureza. Nessa perspectiva, a Educação Ambiental deve estar vinculada ao exercício de uma cidadania ativa, fundamentada no sentimento de pertencimento e na corresponsabilidade. Por meio da ação coletiva e organizada, busca compreender e enfrentar as causas estruturais e conjunturais relacionadas aos problemas ambientais.

Para Leff (2009), o saber ambiental representa um movimento de reconstrução do conhecimento, de fortalecimento das identidades dos povos e de redefinição da condição humana e das relações com o mundo em diferentes dimensões. Esse saber reconhece o ser humano em sua historicidade e temporalidade e atribui à educação um papel fundamental na transformação produzida pelo conhecimento e pelo desejo de conhecer. O autor também enfatiza a importância de um conhecimento interdisciplinar para compreender os processos da vida e a diversidade dos modos de existência. Nessa direção, torna-se necessário superar modelos homogêneos impostos pela globalização, articulando produção econômica e criatividade cultural, reconhecendo a pluralidade das formas de vida e aprendendo a conviver com as diferenças e com as alteridades. Isso implica também questionar o individualismo e construir formas de existência baseadas no diálogo, na troca de

conhecimentos e na cooperação entre diferentes sujeitos e culturas, visando ao bem-estar coletivo.

Carvalho (2012, p. 156) chama atenção para o fato de que "a Modernidade ocidental, da qual somos filhos, apostou todas as suas fichas em uma razão científica objetificadora e no otimismo tecnológico correspondente". De maneira semelhante, Gonçalves (2006, p. 60) afirma que: "ser desenvolvido é ser urbano, é ser industrializado, é ser tudo aquilo que nos afaste da natureza e nos coloque diante de constructos humanos, como cidades e indústrias".

Diante desse contexto, torna-se fundamental elaborar uma nova racionalidade e uma compreensão diferenciada da vida, orientadas por princípios ambientalistas e por outras formas de estabelecer relações com a natureza, reconhecendo e respeitando a diversidade das formas de vida existentes.

Ao buscar alternativas à racionalidade econômica predominante, encontramos nos povos indígenas de Rondônia uma importante expressão da sociodiversidade, capaz de revelar outros modos de viver, existir e estabelecer vínculos com o mundo. Assim como ocorre em outras partes do Brasil, esses povos enfrentam processos de expropriação territorial e a insuficiência da atuação estatal na garantia de seus direitos, além de vivenciarem conflitos e tensões socioambientais provocados por atividades econômicas desenvolvidas nas proximidades de seus territórios e por invasões que ameaçam suas terras, a biodiversidade e a própria continuidade de seus modos de vida.

Em um contexto no qual diferentes países sul-americanos apresentam avanços em políticas de proteção ambiental, o Brasil experimenta situações descritas no texto como retrocesso, enfraquecimento da legislação ambiental, impunidade diante de crimes ambientais e legitimação de processos de degradação do meio ambiente.

Os povos indígenas brasileiros, por sua vez, permanecem mobilizados na defesa de seus direitos e territórios, posicionando-se diante de medidas políticas e legislativas que, segundo o texto, ameaçam direitos constitucionais, dificultam processos de demarcação e ampliam as possibilidades de exploração econômica das terras indígenas. Entre as questões mencionadas estão a tese do Marco Temporal e o PL 490, posteriormente denominado PL 2903, além de iniciativas relacionadas à exploração de recursos naturais. O texto também destaca a atuação indígena na denúncia de problemas como garimpo ilegal, ocupação irregular de terras, desmatamento e extração ilegal de madeira.

Os conhecimentos desenvolvidos pelos povos indígenas tradicionais revelam uma compreensão profundamente integrada da existência e da natureza. Krenak (2020, p. 09) expressa essa perspectiva ao afirmar: "[...] eu não percebo onde tem alguma coisa que não seja natureza. Tudo é natureza. O cosmos é natureza. Tudo em que eu consigo pensar é natureza". A partir dessa concepção, esses povos nos provocam a repensar nossas formas de existência, a questionar modelos estabelecidos e a reconhecer outras possibilidades de relação com o ambiente. Seus modos de vida também inspiram processos de resistência e de defesa do território, compreendendo a luta pela terra como parte inseparável da luta pela vida.

Nesse sentido, o reconhecimento dos conhecimentos e das experiências ambientais presentes nas sociedades indígenas podem contribuir para ampliar a compreensão e desenvolver sensibilidades necessárias à construção de outra perspectiva de sociedade. Trata-se de pensar uma forma de existência baseada no diálogo com a natureza e sustentada por princípios éticos, democráticos e humanistas, pautados no respeito ao ambiente e à diversidade étnica e cultural.

Baggio (2013, p. 21) lembra que “nesta Terra que hoje se chama Brasil, antes da chegada dos europeus, viveram milhões de nativos de diferentes etnias”. A chegada dos colonizadores europeus inaugurou um processo marcado pela exploração dos recursos naturais e humanos existentes no território, provocando profundas transformações nos modos de vida das populações indígenas. Em relação à Amazônia, Souza (2001, p. 23) descreve a existência de sociedades complexas e organizadas antes da chegada dos europeus:

> Quando os europeus chegaram, no século XVI, a Amazônia era habitada por um conjunto de sociedades hierarquizadas, de alta densidade demográfica, que ocupavam o solo com povoações em escala urbana, possuíam sistema intensivo de produção de ferramentas, cerâmica, agricultura diversificada, uma cultura de rituais e ideologias vinculadas a um sistema político centralizado e uma sociedade fortemente estratificada. Essas sociedades foram dizimadas pelos conquistadores e seus remanescentes foram obrigados a buscar o isolamento ou a aceitar a subserviência. O que havia sido construído em pouco menos de dez mil anos foi aniquilado em menos de cem anos, soterrado em pouco mais de 250 anos e negado em quase meio milênio de terror e morte.

O autor evidencia a complexidade das formas de organização social e das práticas culturais indígenas, muitas das quais foram violentamente reprimidas durante o processo colonizador e continuam sendo desvalorizadas ou negadas por perspectivas ocidentais. O projeto colonial, marcado por ações de integração forçada e violência, foi impulsionado por interesses mercantilistas e contou com o apoio da Igreja Católica, sob o discurso de civilizar e

catequizar as populações indígenas. Foi nesse contexto que surgiram as primeiras instituições escolares no Brasil.

Nesse processo ocorreu a sobreposição de uma cultura sobre outra, acompanhada de esforços destinados a eliminar ou silenciar os modos de vida dos povos indígenas tradicionais. A ação colonizadora procurou interromper a continuidade das sociedades indígenas, proibindo suas línguas, conhecimentos tradicionais e formas próprias de educação. A tradição oral, responsável pela transmissão de conhecimentos fundamentais, foi inferiorizada e ocultada pelas narrativas escritas produzidas pelos colonizadores europeus. Da mesma forma, suas cosmologias, tradições e formas de compreender o mundo foram sistematicamente reprimidas e negadas.

Os modelos sociais dominantes, sustentados pela apropriação intensiva da natureza e pela centralidade das racionalidades econômica, científica e tecnológica, afastadas de princípios éticos ambientais e humanos, contribuem para as crises socioambientais e civilizatórias contemporâneas. Em contraposição a esse processo, os conhecimentos tradicionais vêm conquistando espaços de reconhecimento e valorização que historicamente lhes foram negados. Conforme Baniwa (2006), nas últimas décadas observa-se também o fortalecimento das identidades indígenas e a retomada de culturas e tradições.

Brandão (2005, p. 89) chama atenção para o fato de que o conhecimento sobre os sistemas vivos e suas relações com o ambiente não se restringe à ecologia científica e a outras áreas acadêmicas. Muito antes da constituição da ecologia como ciência, diferentes povos já haviam desenvolvido formas próprias de investigação e compreensão da vida, dos sistemas vivos e das relações estabelecidas entre os seres humanos e a natureza.

Ao longo de sua história, esses povos constituíram sociedades organizadas e complexas, acumulando conhecimentos milenares sobre os ambientes naturais. Desenvolveram uma forte relação de pertencimento com seus territórios e uma visão integrada do mundo, na qual natureza, sociedade e espiritualidade aparecem profundamente conectadas. Entre esses conhecimentos, destacam-se aqueles relacionados às propriedades das plantas da floresta e às suas possibilidades de utilização no tratamento de diferentes enfermidades.

Os conhecimentos indígenas também abrangem a observação dos fenômenos celestes e dos ciclos naturais. A partir da leitura do céu e dos movimentos dos corpos celestes, diferentes povos identificavam períodos apropriados para plantar, caçar e pescar, além de reconhecerem épocas de chuva e estiagem, frio e calor e momentos destinados a celebrações e rituais. Esses conhecimentos contribuíram para a elaboração de calendários próprios e orientaram deslocamentos por diferentes territórios. Baggio (2013) destaca que, para diversos povos indígenas, a astronomia encontra-se relacionada à espiritualidade, aos rituais e à organização social, evidenciando a interdependência entre essas dimensões da vida.

No campo da agricultura, os povos indígenas desenvolveram diferentes estratégias de cultivo e manejo, ampliando a diversidade de espécies e a produtividade. Também elaboraram conhecimentos específicos sobre o manejo da floresta e dos recursos naturais, estabelecendo uma relação de proximidade e respeito com a terra e com as demais formas de vida. Suas sociedades estavam alicerçadas em princípios coletivos, cosmologias próprias, igualdade e solidariedade. A ocupação dos espaços naturais ocorria de maneira equilibrada, buscando atender às necessidades de sobrevivência sem comprometer a continuidade dos ecossistemas. Assim, práticas como a caça, a coleta e o uso dos recursos naturais estavam relacionados às necessidades concretas das comunidades e

acompanhadas pela preservação das memórias e dos conhecimentos ancestrais.

Conforme Baniwa (2012), os pais e os avós possuem a responsabilidade de transmitir aos seus filhos ou netos, desde a mais tenra idade, a sabedoria aprendida de seus ancestrais. Para esses povos, o conhecimento é construído principalmente por meio das experiências cotidianas, dos rituais, das narrativas transmitidas pelos mais velhos e das atividades realizadas diariamente. O aprendizado envolve cantar, dançar, brincar, imaginar, experimentar, sentir e sonhar. As crianças aprendem observando os adultos e participando das práticas comunitárias, enquanto os conhecimentos são transmitidos entre gerações. Trata-se de uma aprendizagem cotidiana, significativa e integrada às experiências concretas da vida.

Reconhecer os conhecimentos indígenas tradicionais e seus modos de vida, assim como compreender a história do Brasil em sua diversidade, é essencial para ampliar nossas interpretações sobre o mundo e compreender tanto a trajetória do país quanto a nossa própria formação enquanto sociedade. Por meio de sua permanência, resistência e dos conhecimentos transmitidos ao longo das gerações, os povos indígenas nos apresentam diferentes maneiras de viver, ser, sentir, estar e existir, baseadas no respeito, na coletividade e na busca pelo bem comum.

## METODOLOGIA DA PESQUISA

O presente estudo configura-se como uma pesquisa-ação, fundamentada na perspectiva de Thiollent (2011), de natureza qualitativa. Essa modalidade de pesquisa está relacionada à busca por transformações na sociedade ou em determinada realidade, procurando produzir respostas, conhecimentos e possibilidades de

intervenção diante de interesses e necessidades concretas. Nesse sentido, constitui-se como uma abordagem particularmente pertinente ao campo educacional. A partir dessa compreensão, a pesquisa-ação foi realizada no IFRO – *Campus* Guajará-Mirim, considerando a percepção da necessidade de desenvolver práticas educativas de caráter humanístico voltadas à dimensão socioambiental. Em consonância com Botelho (2000), partimos do entendimento de que a Educação Ambiental (EA) deve contribuir para a formação de professores capazes de atuar na construção de processos de resistência e transformação no futuro.

A investigação recebeu aprovação dos Comitês de Ética em Pesquisa da Universidade Federal de Rondônia e do Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia de Rondônia. Participaram do estudo oito estudantes, matriculados no segundo, terceiro e oitavo períodos dos cursos de Licenciatura em Ciências Biológicas e Licenciatura em Química. As atividades foram planejadas com o propósito de favorecer a aprendizagem, estimular o pensamento crítico, ampliar o envolvimento e promover a sensibilização dos futuros professores diante das questões socioambientais. Em razão do contexto da pandemia de Covid-19, todas as etapas da pesquisa foram desenvolvidas em formato remoto.

Como etapa inicial, encaminhamos aos participantes, por meio de *e-mail* e utilizando o Google Formulários, um questionário destinado a identificar suas concepções acerca da educação socioambiental, seus conhecimentos anteriores, bem como as situações e problemáticas presentes em suas realidades que despertavam inquietações. A partir dessas informações, procuramos elaborar estratégias e ações socioambientais que dialogassem diretamente com as experiências e o cotidiano dos estudantes.

Na etapa seguinte, foi apresentado um vídeo experimental composto por diferentes registros de situações e problemas socioambientais identificados no município. A atividade buscou

provocar a reflexão dos participantes e ampliar sua percepção acerca das questões ambientais vivenciadas pela comunidade local, incentivando-os a pensar em alternativas, possibilidades e estratégias de enfrentamento e transformação dessas situações.

Posteriormente, foram abordadas questões socioambientais relacionadas ao município, ao contexto brasileiro e à realidade mundial. Nesse processo, os estudantes foram estimulados a participar de rodas de conversa e momentos de diálogo com professores que incorporam a dimensão socioambiental em suas práticas educativas. Também foram promovidos encontros e momentos de aproximação com indígenas convidados, possibilitando a troca de conhecimentos, experiências e vivências. Como estratégia de aproximação com o universo indígena, foram compartilhados filmes, vídeos, documentários, músicas e poemas produzidos por indígenas ou relacionados às suas culturas, favorecendo o contato dos estudantes com diferentes formas de compreender e se relacionar com o meio ambiente.

Entre as atividades desenvolvidas, realizou-se, por meio da plataforma Google Meet, uma oficina de produção artística de trançados de cestarias indígenas Wari', conduzida por uma artesã indígena. A atividade teve como finalidade aproximar os saberes indígenas tradicionais das discussões relacionadas à sustentabilidade. Ao longo das etapas, realizamos a mediação das atividades e dos diálogos, enquanto os estudantes participaram ativamente das discussões e assumiram papel de protagonistas nas reflexões sobre a possibilidade de inserir os saberes indígenas no contexto escolar da educação socioambiental no IFRO – *Campus* Guajará-Mirim. Essas experiências contribuíram para a construção compartilhada de conhecimentos e vivências socioambientais e culminaram na elaboração coletiva de um produto educacional, apresentado em formato de vídeo, produzido a partir das experiências vivenciadas durante a pesquisa.

Além dos estudantes participantes, a pesquisa contou com a colaboração de um professor e parlamentar indígena e de uma artesã, ambos pertencentes ao povo Wari', subgrupo Oro Waram. Também participaram uma liderança indígena do povo Tupari e uma professora e liderança indígena pertencente ao povo Wari', subgrupo Oro Mon. Esses participantes contribuíram para uma roda de conversa destinada ao compartilhamento de conhecimentos, experiências e vivências. Somaram-se ainda à pesquisa servidores do IFRO que demonstraram interesse pelas discussões relacionadas à temática investigada.

Para a apresentação e análise das atividades, os participantes da pesquisa foram identificados por meio das seguintes siglas: Estudante (E); Servidor Colaborador (SC); Professor(a) Convidado(a) (PC); e Lideranças Indígenas (LI). Para distinguir os diferentes participantes dentro de cada categoria, foram acrescentados números às respectivas siglas. Na seção seguinte, apresentamos os resultados obtidos ao longo do processo investigativo, bem como as experiências, vivências e reflexões construídas durante o desenvolvimento da pesquisa.

## AS VIVÊNCIAS DA PESQUISA

Nesta seção, apresentamos as ações e as temáticas que integraram o processo investigativo, com destaque para a oficina de cestaria e as rodas de conversa. Essas experiências configuraram-se como espaços fecundos para a construção de conhecimentos socioambientais, o desenvolvimento da sensibilidade e o estímulo ao pensamento crítico e reflexivo, contribuindo para que os participantes reconhecessem, de diferentes maneiras, sua inserção em uma realidade coletiva, capaz de favorecer a produção e a ressignificação de saberes e práticas socioambientais.

As atividades também favoreceram a construção de valores de caráter humanístico, ético e ambiental, além de fortalecerem o senso de responsabilidade individual e coletiva diante da necessidade urgente de repensarmos nossas formas de consumo e os modelos de desenvolvimento adotados. Nesse sentido, destacamos a importância da adoção de práticas sustentáveis que contribuam para a melhoria e a conservação da qualidade de vida no planeta, reforçando a necessidade de nos constituirmos como sujeitos ecológicos, conscientes de nossas realidades e das relações que estabelecemos com o ambiente no qual estamos inseridos.

## A OFICINA DE TRANÇADOS DE CESTARIAS WARI'

Para esta etapa da intervenção, propusemos aos estudantes uma aproximação com o processo de produção da cestaria tradicional Wari', reconhecendo seu valor simbólico e material para esse povo. A atividade foi planejada com o propósito de estabelecer uma articulação entre os conhecimentos tradicionais indígenas e os princípios da sustentabilidade.

A oficina foi conduzida por uma artesã indígena, responsável por apresentar o processo de elaboração das peças. Por serem produzidos a partir de materiais naturais, esses objetos apresentam características sustentáveis e podem representar alternativas ao uso de determinados materiais plásticos derivados do petróleo. O emprego excessivo do plástico produz impactos ambientais que se estendem desde sua fabricação até o momento de seu descarte. Nesse sentido, nossas formas de viver e consumir interferem diretamente nas condições ambientais. Krenak (2020, p. 55) considera "[...] gravíssimo as escolas continuarem ensinando a reproduzir esse sistema desigual e injusto".

Diante disso, torna-se necessário que a escola amplie sua relação com o mundo que a cerca e estabeleça vínculos mais efetivos com a comunidade na qual está inserida, constituindo-se como um espaço de realização de práticas socioambientais e socioculturais capazes de mobilizar os sujeitos.

Nessa mesma direção, Krenak (2020, p. 10) alerta que "estamos a tal ponto dopados por essa realidade nefasta de consumo e entretenimento que nos desconectamos do organismo vivo da Terra". A adoção de uma maneira imediatista e predatória de viver tornou-se progressivamente naturalizada e, em determinadas situações, também reproduzida no ambiente escolar. Por essa razão, é fundamental aproximar a Educação Ambiental das experiências concretas vivenciadas nas instituições e no cotidiano dos sujeitos.

Ao elaborarmos o planejamento da oficina, buscamos construir uma proposta de caráter interativo, que possibilitasse aos estudantes estabelecer contato com a matéria-prima utilizada na confecção, a palha de babaçu, além de participar diretamente do processo de produção. Entretanto, em razão da pandemia da Covid-19, a atividade não pôde ser realizada presencialmente. Como alternativa, efetuamos uma gravação com a artesã, observando os protocolos de segurança estabelecidos pela Organização Mundial de Saúde (OMS), e posteriormente transmitimos o material aos participantes por meio do Google Meet.

Como etapa inicial, foram apresentados aos estudantes diferentes impactos socioambientais relacionados ao consumo excessivo de materiais plásticos. Na sequência, introduzimos a proposta de confecção da cestaria Wari' a partir da palha de babaçu, destacando suas características ecológicas e sustentáveis e sua possibilidade de constituir uma alternativa para a substituição de alguns produtos plásticos. Os estudantes puderam acompanhar as diferentes fases do processo, desde a preparação e organização da palha até a conclusão das peças. Ao término da atividade,

promovemos um momento destinado à socialização das experiências e percepções construídas durante a oficina.

A problematização de questões como poluição e acúmulo de resíduos, associada à reflexão sobre o uso excessivo do plástico por meio da produção da cestaria Wari', configurou-se como uma prática educativa capaz de favorecer a construção de sensibilidades e conhecimentos. Essa percepção pode ser identificada nos depoimentos dos participantes que acompanharam a realização da oficina:

> Esse trabalho, além de ecológico, é simplesmente maravilhoso! (SC2).
>
> A proposta é muito interessante, nos mostrou o quanto é possível aprendermos com nossos irmãos indígenas, pois eles têm muito a contribuir em nossos conhecimentos [...] (E4).
>
> Eu gostaria de agradecer por essa oportunidade de pensar nas questões ambientais que são de suma importância para todos nós, principalmente para nós que seremos futuros docentes (E8).

Vivenciar o processo de elaboração de uma cestaria Wari' significa entrar em contato com uma prática repleta de sentidos e significados, que expressa um conhecimento tradicional mantido vivo e transmitido entre diferentes gerações, mesmo diante das interferências decorrentes das relações estabelecidas com os não indígenas.

A experiência de conhecer a produção das cestarias Wari' mostrou-se significativa e enriquecedora, sobretudo porque parte dos estudantes desconhecia esse trabalho. Tal situação evidencia que, mesmo em uma região na qual a presença indígena é perceptível,

ainda permanece um expressivo desconhecimento acerca das culturas indígenas. Nesse contexto, torna-se importante superar uma concepção educacional tecnicista e fragmentada, que pouco dialoga com as experiências dos estudantes e com as especificidades da comunidade. Como afirma Carvalho (2012, p. 159-160), "a EA também tem sido uma força potencializadora para construir pontes e aproximar a educação formal da não formal".

A Educação Ambiental, portanto, não deve permanecer restrita às práticas formais de ensino. É necessário promover ações integradoras capazes de fortalecer o diálogo entre escola e comunidade, ultrapassando os limites físicos do espaço escolar e incorporando-se às experiências cotidianas e aos modos de vida dos sujeitos. Nessa perspectiva, Barba e Pereira (2015, p. 25) afirmam que "o processo da Educação Ambiental é caracterizado pela dinâmica que envolve a aprendizagem na escola e fora dela". Assim, a aproximação com as formas pelas quais os povos indígenas tradicionais estabelecem relações com a natureza pode favorecer uma percepção mais ampla e integrada da realidade.

O saber ambiental, nessa perspectiva, coloca em questão as formas tradicionais de produção do conhecimento. Sua construção não se restringe aos limites de uma única área disciplinar, mas estabelece conexões entre diferentes conhecimentos, favorecendo uma compreensão integrada da complexidade que caracteriza a Educação Ambiental e suas múltiplas dimensões. Como aponta Guimarães (2020, p. 116), "na constituição de um ambiente educativo de caráter crítico, a construção do conhecimento busca superar a visão disciplinar, elaborando uma interpretação ampliada da realidade, que alcance uma melhor visão do todo".

Os saberes indígenas tradicionais constituem um universo amplo e expressivo, marcado por habilidades manuais, percepções sensíveis e conhecimentos ambientais construídos ao longo de gerações. Certamente, a possibilidade de acompanhar

presencialmente esse processo teria ampliado a experiência dos participantes; contudo, mesmo diante das limitações impostas pelo ensino remoto, a atividade possibilitou aprendizagens relacionadas à sustentabilidade e permitiu o contato com outras maneiras de compreender, vivenciar e praticar a Educação Ambiental, conforme evidenciam os depoimentos dos estudantes:

> A proposta foi muito interessante e inspiradora, o fato de divulgar esse lindo trabalho foi de grande aprendizado para todos. Além do conhecimento dessa cultura que todos deveriam ter conhecimento (E3).
>
> Fiquei admirada com este trabalho e acredito que seja uma ótima proposta ecológica para o mundo, no entanto, pena que poucos conheçam e é raramente visto à venda esta obra-prima nas lojas. Mas, acredito eu que mesmo estando nas lojas talvez seria pouco vendido, aliás, já é desvalorizado, já que o ser humano hoje em dia não parece ter senso para cuidar do meio ambiente. Não generalizando, mas estamos acabando com o mundo. Em síntese, adorei e gostaria de ter participado da oficina presencialmente! Pois a experiência teria sido maravilhosa! (E2).

Com a finalidade de ampliar a visibilidade dessa produção tradicional e sustentável, realizamos registros fotográficos de outras cestarias Wari' e compartilhamos essas imagens com os estudantes. A apresentação despertou admiração e encantamento entre os participantes que tiveram contato com esse material.

Conforme Leff (2000), é necessário ampliar o debate acerca da problemática ambiental, compreendendo que seu enfrentamento demanda transformações na própria organização do conhecimento, bem como nas formas de realizar pesquisa e ensino. Para tanto, torna-se necessária uma compreensão sistêmica da realidade,

sustentada por abordagens interdisciplinares capazes de problematizar as formas historicamente construídas de produção do conhecimento, especialmente aquelas relacionadas às práticas de exploração dos recursos naturais e de submissão das culturas.

A aproximação com os conhecimentos tradicionais pode favorecer a construção de saberes e sensibilidades socioambientais, sobretudo diante de um contexto contemporâneo marcado por uma compreensão utilitarista da vida e por um distanciamento em relação à natureza. Nesse cenário, somos frequentemente levados a acreditar na necessidade de adquirir objetos e recursos que não fizeram parte da vida das gerações anteriores, deixando, muitas vezes, de reconhecer aquilo que efetivamente é essencial e de refletir sobre os impactos ambientais provocados por esses modos de consumo.

## SABERES INDÍGENAS TRADICIONAIS E SUSTENTABILIDADE: CONSTRUINDO NOVOS SABERES

Como etapa final dos momentos de diálogo e compartilhamento, realizamos uma roda de conversa aberta à comunidade escolar. Participaram dessa atividade três lideranças indígenas, entre elas um professor e parlamentar indígena pertencente à etnia Wari', subgrupo Oro Waram; uma liderança indígena do povo Tupari; e uma professora e liderança indígena da etnia Wari', subgrupo Oro Mon.

Durante a roda de conversa, as lideranças indígenas compartilharam conhecimentos tradicionais relacionados à natureza, aos territórios e às diferentes dimensões da vida. Alguns desses conhecimentos podem ser observados nas falas apresentadas a seguir:

> [...] quando a gente é criança a gente começa a conhecer as nossas histórias através dos nossos pais, dos nossos avós e sua história estão passadas de pais para filhos. Histórias de como surgiu o nosso povo. Cada povo eu acredito que tem sua história da criação, então a gente começa aí. Eu aprendi muito com a minha mãe, porque a cada momento que a gente sentava com ela para ouvir suas histórias como era antes do contato e o pós contato, esses foram momentos muito importantes para mim como mulher estar com minha mãe e conhecer a minha história, a história do meu povo a história da nossa origem da criação, do surgimento da nossa medicina do surgimento da nossa da nossa alimentação, das sementes, do surgimento de tudo que há no planeta. [...] cresci escutando as histórias passadas de geração para hoje e sabemos que com isso a gente também aprende (LI1).
>
> Antes do contato os povos originários viviam tranquilamente, uma convivência tão diferente, tão linda, porque a gente tem uma conexão com a natureza, sem desmatamentos, sem agronegócio (LI3).

A aproximação com os povos indígenas e seus conhecimentos tradicionais provoca uma reflexão sobre a necessidade de reconsiderarmos determinados aspectos do modo de vida ocidental, marcado pela fragmentação dos conhecimentos própria da Modernidade, pela dissociação entre ser humano e natureza, pela desvalorização das emoções e subjetividades, além da valorização do racionalismo, do imediatismo e do individualismo. Nessa direção, Krenak (2020, p. 08) afirma: “se as pessoas não tiverem vínculos profundos com sua memória ancestral, com as referências que dão sustentação a uma identidade, vão ficar loucas neste mundo maluco que compartilhamos”.

Os povos tradicionais procuram estabelecer uma relação de sintonia e reciprocidade com a natureza. Seus modos de vida expressam práticas que buscam não degradar o ambiente, compreendendo o território como espaço sagrado e elemento constitutivo da identidade daqueles que nele viveram, vivem e continuarão vivendo. Essa concepção aparece nas seguintes falas:

> A sustentabilidade foi uma coisa que nós povos indígenas sempre vivemos no passado e que foi sendo deixada de lado, mas hoje eu acredito que muitas comunidades, muitos territórios têm resgatado essas práticas, trabalhando a sustentabilidade dentro dos seus territórios, a gente procura usar os recursos da floresta sem destruir (LI1).
>
> Esse tema, saberes indígenas tradicionais e sustentabilidade vai nos levar ao elemento hoje chamado de território. [...] para os povos indígenas ele tem um significado e muitos não-indígenas não conseguem compreender essa questão da territorialidade para o povo indígena. Porque um povo sem território é um povo que não existe. E territorialidade está baseada na identidade, na língua, na religiosidade, na escola, na saúde e em todos os elementos que podem existir hoje (LI2).

A interação com os povos indígenas e com seus conhecimentos tradicionais também contribui para a elaboração de um saber ambiental orientado pela sustentabilidade. Urruth e Calixto (2018, p. 588) concebem que "entendemos a Educação Ambiental como nos relacionamos com a natureza e o ambiente construído e, sobretudo entre nós mesmos. Essas relações com o lugar, o território e a natureza são aprendidos no cotidiano de nossas vidas".

Para esses povos, compreender a realidade de forma fragmentada não corresponde à maneira como suas experiências e conhecimentos são organizados. Predomina uma percepção integrada da existência, na qual a vida é compreendida como uma totalidade, semelhante a uma trama em que o ser humano constitui apenas uma de suas partes. Essa perspectiva manifesta-se nos modos de viver, nas práticas cotidianas e na defesa dos territórios e das florestas, fazendo com que suas vozes ganhem ainda maior força diante da crise socioambiental contemporânea.

Em nossa formação social, nem sempre somos estimulados a refletir sobre os efeitos produzidos por nossos modos insustentáveis de vida. Inseridos na lógica capitalista do consumo, muitas vezes não percebemos que, ao consumir continuamente, também nos tornamos objetos dessa própria lógica. Sobre essa questão, os participantes apresentaram as seguintes reflexões:

> A Modernidade conseguiu nos separar da natureza. Talvez seja a hora de reativar essa relação (SC1).
>
> Na sociedade não indígena se vê muito o lado do dinheiro, é muito o lado financeiro, e o indígena não. Apesar que hoje há uma necessidade de termos recurso financeiro, para sustentar a família, mas tradicionalmente, no passado, pra fazer a roça tinha todo um ritual a ser seguido. O milho que era o alimento da base alimentar do povo, eles escolhiam o lugar, os indígenas tinham o conhecimento do período para derrubar a roça, o período de plantar, o período da colheita, era uma forma de viver que se desenvolveu no passado sem a necessidade do conhecimento escolar que nós temos hoje (LI2).
>
> [...] a cultura de cada um, de cada povo, de cada comunidade é diferente, porque para os indígenas não é uma cultura da ambição de chegar lá no rio e destruir tudo, pescar o máximo pensando em

> dinheiro, é pensar no bem-estar do hoje no presente sem agredir a natureza, sem destruir. Coisa que a gente só tem pensado no consumo, que pra ser feliz, a gente tem que consumir (PC4).

Os conhecimentos e modos de vida dos povos indígenas tradicionais também possibilitam problematizar as concepções de progresso e desenvolvimento predominantes na sociedade, uma vez que essas perspectivas podem estar associadas a processos de destruição, adoecimento e perda de qualidade de vida. As falas dos participantes contribuem para essa reflexão:

> [...] esse processo que estamos conversando hoje é importante porque só conhecendo para você desconstruir aquilo que vem sendo construído de forma colonizadora, de modo que você consiga ter a compreensão de perceber que existe a diversidade (PC4).
>
> [...] essa relação dos povos indígenas com a terra é muito rica para nos fazer pensar, ou melhor, nos estimular a deixar de pensar a terra como recurso (SC1).
>
> [...] nós povos indígenas temos uma conexão muito grande com o planeta terra. [...] Tudo é sagrado, até o dormir e acordar. E esse sagrado foi desrespeitado a partir do momento que o homem não indígena pisou nesse país hoje chamado de Brasil. E esse sagrado hoje continua sendo desrespeitado, não é compreendido conforme o indígena compreende (LI1).

O modo de vida desenvolvido pelas sociedades indígenas apresenta perspectivas distintas das práticas orientadas pela lógica capitalista. Nesse sentido, Pataxó (2020, p. 71) afirma:

> [...] o nosso Bem Viver fornece elementos fundamentais para a construção de um mundo melhor e mais diversos, pois é urgente a necessidade de viabilizar, no Brasil, uma sociedade que seja ecologicamente correta, socialmente justa, culturalmente diversificada e humanamente solidária.

A valorização do bem comum, a defesa dos territórios, a resistência à transformação da natureza em mercadoria, o reconhecimento da diversidade e o respeito às diferentes formas de existência constituem aprendizagens relevantes decorrentes dessa aproximação com os saberes indígenas. Os depoimentos a seguir reforçam essa perspectiva:

> [...] os conhecimentos tradicionais e científicos devem caminhar lado a lado. Para podermos então pelo menos tentar mudar o quadro na questão ambiental, porque nós estamos vivenciando não apenas os povos indígenas, mas todos, estamos em uma briga intensa em relação ao ambiente de um modo geral, nós brigamos pelo coletivo, porque não há apenas os povos indígenas no planeta, o planeta abrange todas as formas de vida, de todos os seres vivos e nós precisamos pensar e repensar e juntos contribuir para amenizar os impactos existentes" (LI2).

> Eu acredito que nós precisamos juntos, tanto nós povos indígenas, organizações indígenas, agora o professor e Vereador indígena, as Universidades, os Institutos Federais, trabalhar em conjunto para melhoria não só dos povos indígenas, mas também das pessoas que vivem também aos arredores nos territórios indígenas e nos arredores de nós todos (LI1).

A aproximação entre os universos indígena e não indígena revelou-se, portanto, como uma possibilidade de construção de conhecimentos socioambientais marcados pela sensibilidade e pela atribuição de novos significados às relações com o ambiente. Essa percepção também está presente nos depoimentos dos participantes:

> A gente está iniciando com esse trabalho algo muito importante, estamos abrindo uma porta para a conexão e construção de novos saberes. Nós temos que traçar esses dois conhecimentos para não deixar para trás (LI3).
>
> Que esse momento sirva de referência para outros e eu acredito que o IFRO ele precisa não só aí em Guajará-Mirim, mas em todos os outros Campus, precisa se abrir mais para esses diálogos, conversas com os povos indígenas. Porque nós temos muito a contribuir trocando ideias e saberes e superando esses preconceitos que ainda existem (LI1).

As contribuições das lideranças indígenas ampliaram a reflexão sobre a condição humana compartilhada e sobre a possibilidade de resistir aos processos de mercantilização da vida, repensando as maneiras pelas quais nos relacionamos e atuamos nos espaços que habitamos. Nessa perspectiva, Urruth e Calixto (2018) destacam a necessidade de que a cultura indígena seja contemplada com respeito e compreendida como uma fonte de inspiração para a convivência em sociedade.

Como educadores e cidadãos, cabe-nos ampliar a visibilidade dessas questões, enfrentar preconceitos, defender o meio ambiente e reconhecer outras formas de viver e compreender o mundo. É igualmente necessário promover a articulação entre diferentes conhecimentos, construindo um saber dialógico que atravesse as

diversas áreas do conhecimento e estabeleça relações com as realidades socioambientais e socioculturais dos contextos nos quais estamos inseridos.

## CONSIDERAÇÕES FINAIS

Neste estudo, procuramos contribuir para a formação dos futuros professores por meio da realização de práticas educativas voltadas à dimensão socioambiental. Partimos do reconhecimento da necessidade de estreitar nossa relação com o ambiente em que estamos inseridos, favorecendo a construção de valores, atitudes éticas e práticas sustentáveis. Nesse processo, buscamos despertar a compreensão de que o cuidado com o planeta constitui uma responsabilidade compartilhada por todos.

Considerando o atual contexto de degradação ambiental e de enfraquecimento das políticas brasileiras de proteção ao meio ambiente, torna-se ainda mais necessário promover reflexões, ações e práticas socioambientais capazes de favorecer a construção de uma consciência ecológica e política. Nesse sentido, é fundamental ampliar os debates sobre as problemáticas socioambientais que afetam as diferentes realidades amazônicas. Faz-se necessário, portanto, desenvolver uma Educação Ambiental (EA) que estimule o questionamento e o pensamento crítico diante dos desafios socioambientais presentes nos contextos local, regional e mundial, contribuindo para uma formação integral dos sujeitos.

As experiências construídas ao longo da pesquisa fortaleceram nossa compreensão de que as práticas educativas podem produzir transformações significativas no espaço da sala de aula, mobilizando os sujeitos na construção e apropriação do saber ambiental. Proporcionar aos futuros educadores experiências

socioambientais pautadas em diferentes modos de compreender o mundo, novos significados e possibilidades de reflexão acerca de outras formas de desenvolver a Educação Ambiental pode representar uma contribuição relevante para o aprimoramento da formação inicial de professores das Ciências Naturais.

## REFERÊNCIAS

BANIWA, G. S. L. **O índio brasileiro**: o que você precisa saber sobre os povos indígenas no Brasil de hoje. Brasília: Ministério da Educação, 2006.

BARBA, C. H.; PEREIRA, S. M. A. **Educação ambiental e o processo educativo**. Porto Velho: Editora da UFRO, 2015.

BOTELHO, J. M. L. **Educação ambiental e formação de professores**. Ji-Paraná: Gráfica Líder, 2000.

BRASIL. **Lei n. 9.795**, **de 27 de abril de 1999**. Brasília: Planalto, 1999. Disponível em: <www.planalto.gov.br>. Acesso em: 10/08/2026.

CARVALHO, I. C. M. **Educação ambiental**: formação do sujeito ecológico. São Paulo: Editora Cortez, 2012.

GONÇALVES, C. E. P. **Os (des)caminhos do meio ambiente**. São Paulo: Editora Contexto, 2020.

GONÇALVES, C. W. P. **A globalização da natureza e a natureza da globalização**. Rio de Janeiro: Editora Civilização Brasileira, 2006.

GUIMARÃES, M. **A formação de educadores ambientais**. Campinas: Editora Papirus, 2020.

KRENAK, A. **A vida não é útil**. São Paulo: Editora Schwarcz, 2020.

KRENAK, A. **Ideias para adiar o fim do mundo**. São Paulo: Editora Schwarcz, 2020.

LEFF, E. "Complexidade, interdisciplinaridade e saber ambiental". *In*: PHILIPPI JR. A. **Interdisciplinaridade em ciências ambientais**. São Paulo: Editora Signus, 2000.

LEFF, E. "Complexidade, racionalidade ambiental e diálogo de saberes". **Educação e Realidade**, vol. 34, n. 3, 2009.

LEFF, E. **Racionalidade ambiental**: a reapropriação social da natureza. Rio de Janeiro: Editora Civilização Brasileira, 2006.

LEFF, E. **Saber ambiental**: sustentabilidade, racionalidade, complexidade e poder. Petrópolis: Editora Vozes, 2012.

MUNDURUKU, D. **O banquete dos deuses**: conversa sobre a origem e a cultura brasileira. São Paulo: Editora Global, 2009.

PATAXÓ, T. "De Taquari Pataxó para os brasileiros". *In*: COSTA, S. L.; KARIRI, R. X. (orgs.). **Cartas para o bem viver**. Salvador: Editora Boto-Cor-de-Rosa, 2020.

SILVA, D. N. S. "O saber ambiental na prática docente: da interdisciplinaridade ao diálogo dos saberes". **Cadernos de Estudos e Pesquisa na Educação Básica**, vol. 2, n. 1, 2016.

SORRENTINO, M. *et al*. "Educação ambiental como política pública". **Educação e Pesquisa**, vol. 31, n. 2, 2005.

THIOLLENT, M. **Metodologia da pesquisa-ação**. São Paulo: Editora Cortez, 2011.

URRUTH, M. F. N; CALIXTO, P. "Educação indígena e educação ambiental - aproximações: o caso do povo do pássaro azul Shanenawá". **Thema**, vol. 15, n. 2, 2018.